



**FORMULÁRIO PARA RELATÓRIO FINAL**

**1. Identificação do Projeto**

**Título do Projeto PIBIC/PAIC**

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM MANAUS A PARTIR DA DÉCADA DE 1990:  
CONTRIBUIÇÃO À METODOLOGIA DE PROJETO URBANO

**Orientador**

ELIZANGELA FRANCISCA SENA DE ARAÚJO SILVA

**Aluno**

RURTEMBERGUE BANDEIRA LEITE

**2. Informações de Acesso ao Documento**

**2.1 Este documento é confidencial?**

SIM  NÃO

**2.2 Este trabalho ocasionará registro de patente?**

SIM  NÃO

**2.3 Este trabalho pode ser liberado para reprodução?**

SIM  NÃO

**2.4 Em caso de liberação parcial, quais dados podem ser liberados?  
Especifique.**

### 3. Introdução

Tendo em vista que a grande demanda de quantidade e qualidade por moradias não é algo inerente apenas ao quadro atual do Brasil, fez-se necessária uma análise histórica que visou identificar as principais políticas adotadas pelo Estado ao longo dos anos para supri-la e, assim, compreender o contexto no qual a cidade de Manaus esteve inserida durante a implantação de seus numerosos conjuntos habitacionais de interesse social. .

Conforme Bonduki (2011), a primeiras unidades de habitação, 105 residências sobrepostas, promovidas pelo setor público brasileiro foram construídas em 1906, durante a República Velha (1889-1930), na rua Salvador de Sá, Rio de Janeiro. Ainda sobre o fato, o autor afirma:

Desvinculada de qualquer política habitacional, num período em que o Estado tratava a questão social como caso de polícia, era apenas uma resposta política às fortes críticas que o governo de Pereira Passos vinha sofrendo por ter despejado milhares de pessoas para a abertura da Avenida Central, protestos que chegaram a tomar formas violentas, como na Revolta da Vacina. Foi uma iniciativa isolada na República Velha, assim como as 40 casas populares construídas no Recife pela Fundação A Casa Operária, órgão pioneiro criado pelo governo de Pernambuco, em 1926.<sup>1</sup>



Figura 1: Primeiras unidades de habitação, rua Salvador de Sá, Rio de Janeiro.

Fonte: BONDUKI, Nabil (2011, p.71).

---

<sup>1</sup> BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2011, p. 71.



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

Com o término da República Velha e início da era Vargas (1930-1945) e sucessores, o Estado, que antes pouco intervia na questão da habitação, assumiu o encargo pelo tema e principia a criação de uma série de medidas que visavam melhorias. FERREIRA (2009) faz um breve resumo sobre tais medidas:

Temos como as primeiras medidas adotadas pelo Estado em busca de melhores condições de moradia para a população brasileira: o decreto-lei do inquilinato, de 1942, que congelou os aluguéis passando a regulamentar as relações entre locadores e inquilinos, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência (IAPs) e em 1946 a criação da Fundação da Casa Popular, que tinha por objetivo a construção de moradias; o apoio a indústria de materiais de construção e de projetos de saneamento e o Decreto Lei nº. 58, que regulamentou a venda de lotes urbanos a prestações.<sup>2</sup>

Apesar do importante passo dado pelo setor público em relação a problemática da moradia, as intervenções se mostraram insuficientes e na década de 1940 o país enfrentou uma das maiores crises habitacionais de sua história, o que suscitou em congelamento de aluguéis e despejamento da população de baixa renda, coadjuvando com o surgimento de favelas e outros empreendimentos informais (FERREIRA, 2009).

Subsequentemente, o tema ganhou maior notoriedade no período da ditadura militar (1964-1985), quando os dirigentes investiram massivamente na construção de conjuntos habitacionais através da criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH) os quais visavam estabelecer uma política de subsídio para o fortalecimento do campo da construção civil habitacional e conquistar o apoio da população que sofria com a crise de moradia advinda do crescimento acelerado das cidades brasileiras. Embora esse investimento tenha sido relevante para o setor – 2,4 milhões de casas construídas para a população de baixa renda (BONDUKI, 2008) - ele se deu no âmbito quantitativo em detrimento do qualitativo, o que resultou em soluções projetuais e construtivas repetitórias (VILLA; ORNSTEIN, 2013). Ainda de acordo com VILLA e ORNSTEIN (2013):

---

<sup>2</sup> FERREIRA, Andresa Rosa. **Programas de Combate ao Déficit Habitacional Brasileiro**. 2009. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25348/000737944.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016, p. 14.



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



Outro aspecto marcante na produção de habitações populares até meados dos anos de 1980 era a crença, por parte dos intervenientes, de que a participação da população que ocuparia os conjuntos habitacionais nas fases de planejamento e projeto era dispensável, pois, além de ser onerosa, e poder comprometer prazos de entrega, poderia ser substituída pelo conhecimento do perfil socioeconômico do público que os ocuparia.<sup>3</sup>

No início da década de 1990, pós-ditadura, programas de habitação inovadores passaram a ser difundidos como alternativas às já famigeradas formas de mediação governamental. As alternativas estavam relacionadas a sustentabilidade, pluralidade de tipologias construtivas, incentivo a participação dos moradores nas decisões projetuais, reconhecimento da cidade real, projetos ambientados e a articulação com a política urbana (BONDUKI, 2008).

Durante o governo de Itamar Franco (1992-1995), após o Impeachment de Collor, notou-se um avanço no campo da habitacional, pois foi reduzida a burocracia para o financiamento direto à produção. Os principais programas de incentivo à moradia foram Habitar-Brasil, de maior abrangência e o Morar-Município, de abrangência local, que juntos, até meados de 1990, obtiveram um resultado significante, embora não suficiente (FERREIRA, 2009).

Com a chegada do novo século, o setor de moradia recebeu importantes estímulos como, maior segurança jurídica nos financiamentos, aumento dos subsídios, criação do Ministério das Cidades (2003), da Política Nacional de Habitação (2004), do Sistema Nacional de Habitação (2004), do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa Minha Casa Minha Vida (2008). Este último, que oferece condições atraentes para o financiamento de moradias em áreas urbanas a famílias com renda de até R\$ 1.600,00, implantou na cidade de Manaus o seu maior conjunto de habitações, o Residencial Viver Melhor, o qual é um dos objetos de estudo desta pesquisa

Atualmente, o déficit habitacional quantitativo do país gira em torno de 6 milhões de unidades, enquanto no Amazonas, segundo dados do IBGE-PNAD/2012<sup>4</sup>, é de cerca de 160 mil unidades habitacionais e ao longo de todas as fases da história nacional supracitadas, Manaus passou pela implantação de conjuntos habitacionais de baixa qualidade arquitetônica em localizações distantes das áreas servidas por infraestrutura, equipamentos públicos e transportes, promovendo o fenômeno denominado espraiamento urbano, altamente danoso para a cidade e para os cidadãos, já que à medida que parcela da população reside afastada do centro urbano consolidado, vultosos

<sup>3</sup> VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Org.). **Qualidade Ambiental na Habitação**: avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013, p.38.

<sup>4</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) -2012



investimentos em redes de serviços precisam ser realizados, além disso, a população fica exposta à imobilidade, por falta de oferta adequada de transporte público e a impossibilidade de atingir com eficiência suas atividades diárias. A respeito disso, FERRAZ (1998) comenta e confirma:

[..] o esquema de utilização do solo deve evitar, nas grandes cidades o estabelecimento de grandes distâncias entre a moradia e os locais de trabalho de quem deve sustentar o lar. O que se faz dentro de um espaço urbano envolve não somente o número de pessoas que dele se utilizam, mas igualmente o fato de terem que realizar seus atos dentro de limitado espaço de tempo, ambos os fatores influem-se mutuamente.<sup>5</sup>

Essa questão que aborda tanto a qualidade da implantação urbana, quanto a qualidade arquitetônica dos empreendimentos imobiliários habitacionais é diretamente relacionada ao déficit qualitativo, que segundo Bonduki (2011) é formado por moradias que apresentam deficiências de acesso à infraestrutura ou adensamento excessivo e talvez seja o reflexo mais perverso dos programas – e conseqüentemente dos conjuntos - de habitação social em Manaus.

Improvável discorrer sobre os programas de acesso à habitação do município sem abordar um dos mais impactantes já promovidos na cidade, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), concebido em 14 de abril de 2005, por intermédio da Lei-Delegada nº 02. Suas obras, financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tiveram início no ano de 2006 com o intuito de promover a recuperação ambiental dos igarapés das bacias Educandos-Quarenta e São Raimundo com a implantação de sistemas de drenagem, abastecimento de água e redes de esgoto, assim como a regularização de propriedades, implantação de parques urbanos e construção de conjuntos habitacionais para os que antes habitavam nas margens desses igarapés. Um dos principais residenciais advindos deste programa é o Parque Residencial Manaus, tomado por esta pesquisa como estudo de caso.

---

<sup>5</sup> FERRAZ, Hermes. **Filosofia Urbana**. São Paulo: João Scortecci, 1998, p. 197.



#### 4. Justificativa

Entende-se que o problema da habitação social vai além da oferta de moradias e passa pelo acesso ao solo urbanizado. Segundo Bonduki (2011), a polarização social e a segregação espacial fazem-se sentir fortemente presentes ao nível de acesso ao solo, sendo um dos principais mecanismos de exclusão da população de baixa renda. Sendo assim, a dimensão do problema habitacional é mais complexa do que a oferta de moradias e passa pela necessidade de espaços integrados, onde as pessoas usufruam das condições de dignidade humana. Logo, a implantação de novos conjuntos habitacionais mono funcionais, nos quais há uma repetição monótona e perversa de residências, não disponibilizando equipamentos urbanos básicos como escolas, postos de saúde, áreas livres para lazer, comércio e outros, impacta diretamente na qualidade de vida dos moradores

Nessa conjuntura, embora seja realmente necessário a produção de uma enorme quantidade de moradias para suprir o problema habitacional nas diversas regiões do país, faz-se necessário que tais moradias atendam mínimas exigências construtivas relacionadas às suas qualidades enquanto imóveis e que sejam concordantes com as necessidades e aspirações dos seus futuros habitantes (VILLA; ORNSTEIN, 2013).

Por conseguinte, a pesquisa tem como fundamento enfatizar a importância da correta e ponderada implantação de um projeto habitacional de interesse social no contexto urbano, levando em conta que tal projeto deva seguir princípios que proporcionem qualidade de vida aos seus usuários como, por exemplo, sua implantação determinada em um vazio urbano de uma área com infraestrutura já consolidada, sendo possível, assim, uma distribuição justa do solo urbano, garantindo o direito de ir e vir, acesso às atividades diárias e áreas de lazer. Outra alternativa seria disponibilizar para as pessoas os recursos que o Estado contém, como propõe TURNER (1972):

O primeiro item, naturalmente, é o terreno para aqueles que querem construir - que podem e que muitas vezes construirão na terra tomada à força, se não lhes for oferecida nenhuma alternativa aceitável. O segundo e o terceiro item são a assistência técnica – para assegurar que o terreno seja devidamente subdividido e as construções adequadamente projetadas e construídas - juntamente com as instalações ou serviços essenciais de comunidade: transporte público, comércio varejista, escolas, e assim por diante.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> TURNER, John F. C. Colonização de Terras Devolutas nos Países em Desenvolvimento. In: MOYNIHAN, Daniel P. (Org.). **O Desafio Urbano**: as metrópoles analisadas por peritos em assuntos urbanos. São Paulo: Cultrix, 1972. Cap. 20. p. 273.



Assim, através de uma avaliação pós-ocupação de dois residenciais de interesse social localizados na capital amazonense (Parque Residencial Manaus - 1ª etapa - e Residencial Viver Melhor – 1ª etapa) torna-se possível apontar falhas projetuais, arquitetônicas e urbanísticas, as quais devem ser evitadas em futuras metodologias de projeto.

## **5. Objetivos**

### **Objetivo Geral**

A pesquisa tem por objetivo investigar o processo de planejamento e projeto de conjuntos habitacionais de interesse social em Manaus entre os anos de 1990 e 2015 de modo a contribuir para a metodologia de projeto urbano. Para tal propõe-se analisar 02 (dois) conjuntos habitacionais (Parque Residencial Manaus - 1ª etapa - e Residencial Viver Melhor – 1ª etapa) – destacando 1 (um) nessa primeira fase da pesquisa (Parque Residencial Manaus - 1ª etapa) - em Manaus com ênfase nas estratégias de implantação urbanística e qualidade de vida dos moradores.

### **Objetivos Específicos**

1. Realizar revisão bibliográfica sobre os temas: habitação de interesse social no Brasil e qualidade de vida;
2. Pesquisar em fontes primárias e secundárias os conjuntos habitacionais de interesse social implantados em Manaus entre 1990 e 2015;
3. Mapear os conjuntos habitacionais localizando-os no contexto urbano de Manaus;
4. Estudar tipologia construtiva das edificações e implantação dos conjuntos por meio de levantamento dos projetos arquitetônicos, urbanísticos e obras executadas;
5. Analisar os conjuntos em estudo quanto aos parâmetros de implantação e os critérios adotados para a aferição de qualidade de vida.



UFAM

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



### 6. Metodologia

Primeiramente, por meio de revisão bibliográfica buscou-se compreender os conceitos e princípios utilizados na produção de habitação social no Brasil. Embora a ênfase do trabalho seja a produção atual, a partir da década de 1990, uma revisão bibliográfica mais abrangente se fez necessária para compreender como, historicamente, vem se configurando o quadro da oferta de habitações de cunho social no país. Partindo para uma abordagem específica, uma revisão bibliográfica a respeito do crescimento da população e da demanda por moradias em Manaus nos últimos 25 anos foi promovida através da leitura de artigos, teses e dados estatísticos disponíveis em sites públicos.

Em seguida, foi realizado um levantamento em fontes primárias e secundárias, buscando identificar a produção de conjuntos habitacionais de cunho social em Manaus de 1990 até 2015. Com isso, foi possível gerar uma tabela com a identificação dos conjuntos, o endereço, o número de moradias construídas e o ano de conclusão.

Foram selecionados 02 (dois) casos emblemáticos de conjuntos habitacionais de interesse social (Parque Residencial Manaus - 1ª etapa - e Residencial Viver Melhor – 1ª etapa) e analisadas questões relacionadas à disponibilidade de infraestrutura, mobilidade, uso do solo e aspectos arquitetônicos.





UFAM

## 7. Resultados e Discussão

Em 1991, com 1.011.501 habitantes<sup>7</sup>, Manaus já passava por um intenso inchaço urbano e sua infraestrutura não era capaz de acompanhar o sucessivo crescimento da população, o que interferiu diretamente na maneira como a cidade foi e vem sendo ocupada. Esse aumento contínuo do número de habitantes suscitou o déficit de moradias e já que as respostas do Estado foram insuficientes para sanar o transtorno, proliferaram-se no território ocupações irregulares promovidas pela população menos abastada. A respeito disso, BARTOLI afirma:

Esse déficit de moradias acarretou 54 novas invasões no período de 2002 a 2004 (Oliveira, 2008), onde 40 delas se concretizaram e se transformaram em bairros carentes de infraestrutura. Ocorreram intervenções planejadas do governo para amenizar tal problema, surgindo vários conjuntos habitacionais (Cidade Nova, Colina do Aleixo, Ajuricaba, por exemplo) mas prevaleceu a ocupação espontânea, na forma de invasões.<sup>8</sup>

Integrando o supracitado, nos últimos 25 anos, o poder público vem investindo na criação de conjuntos de interesse social, na tentativa de suprir o déficit habitacional do município<sup>9</sup>, que no ano de 2010, era de 113.795 unidades na área urbana, um dos maiores do país, e de promover a retirada de moradores de áreas de risco. A estratégia adotada pelos governantes para a implantação de conjuntos habitacionais para cidadãos de baixa renda, geralmente insere tais conjuntos em áreas periféricas, precárias de infraestrutura urbana e de serviços de saúde, educação e transporte. Na Tabela 1 é possível notar que a maioria dos conjuntos habitacionais de interesse social construídos por ações governamentais no íterim de 1990 a 2015 está situada na zona Norte da cidade, a qual possui um dos IDHs mais baixos do município (Figura 2). Como declara Bonduki (2011), a segregação social do espaço impede que os diferentes estratos da sociedade sofram da mesma maneira as consequências da crise urbana, garantindo à elite áreas de uso exclusivo, livres de deterioração, além de uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos.

<sup>7</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo de 1991.

<sup>8</sup> BARTOLI, Estevan. *O Amazonas e a Amazônia: geografia, sociedade e meio ambiente*. 2. ed. Rio de Janeiro: MemVavMem, 2010, p. 215.

<sup>9</sup> Fundação João Pinheiro - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010.



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



UFAM

**Tabela 1**

### Principais Conjuntos Habitacionais Construídos em Manaus - 1990 a 2015

CONJUNTO HABITACIONAL	LOCALIZAÇÃO	MORADIAS CONSTRUÍDAS	ANO DE CONCLUSÃO
Cidade Nova V	Cidade Nova – Zona Norte	1.200	1990
Oswaldo Frota I	Cidade Nova – Zona Norte	500	1992
Oswaldo Frota II	Cidade Nova – Zona Norte	250	1992
Amadeu Soares Botelho	Novo Aleixo – Zona Norte	400	1992
Américo Medeiros	Cidade Nova – Zona Norte	400	1992
Jardim Canaranas	Cidade Nova – Zona Norte	500	1992
Francisca Mendes II (3ª etapa)	Cidade Nova – Zona Norte	500	1993
Francisca Mendes II (4ª etapa)	Cidade Nova – Zona Norte	500	1993
Sérgio Pessoa Neto	Cidade Nova – Zona Norte	500	1993
Boas Novas	Cidade Nova – Zona Norte	500	1993
Cidadão I	Cidade Nova – Zona Norte	478	2003
Cidadão II - Amine Lindoso	Colônia Antônio Aleixo – Zona Leste	73	2003
Cidadão III - Carlos Braga	Santa Etelvina – Zona Norte	403	2004
Cidadão IV – João Paulo II	Cidade Nova – Zona Norte	1.320	2004
Residencial Villa Nova	Cidade Nova – Zona Norte	276	2005
Nova Cidade	Cidade Nova – Zona Norte	9.467	2006
Galiléia	Cidade Nova – Zona Norte	1.080	2006
Parque Residencial Manaus (1ª etapa)	Centro – Zona Sul	567	2007
Cidadão V	Nova Cidade – Zona Norte	631	2008
Cidadão VII	Nova Cidade – Zona Norte	421	2008
Cidadão IX	Nova Cidade – Zona Norte	500	2008
Parque Residencial Manaus (2ª etapa)	Centro – Zona Sul	252	2008
Parque Residencial Jefferson Péres	Morro da Liberdade – Zona Sul	150	2008
Cidadão VI	Nova Cidade – Zona Norte	421	2009
Cidadão XII	Nova Cidade – Zona Norte	800	2010
Residencial Petrópolis	Petrópolis – Zona Sul	192	2010
Parque Residencial Cachoeirinha	Cachoeirinha – Zona Sul	162	2010
Cidadão X (1ª etapa)	Nova Cidade – Zona Norte	565	2011
Residencial Mestre Chico	Cachoeirinha – Zona Sul	498	2012
Lar dos Hansenianos	Colônia Antônio Aleixo – Zona Leste	96	2012
Ozias Monteiro I	Cidade Nova – Zona Norte	800	2012
Residencial Viver Melhor (1ª etapa)	Santa Etelvina – Zona Norte	3.511	2012
Residencial Viver Melhor (2ª etapa)	Santa Etelvina – Zona Norte	5.384	2014
Complexo Habitacional PROURBIS	Jorge Texeira – Zona Leste	204	2015

Fonte: Superintendência de Habitação do Amazonas – SUHAB/ Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - PROSAMIM/ Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus - PROURBIS

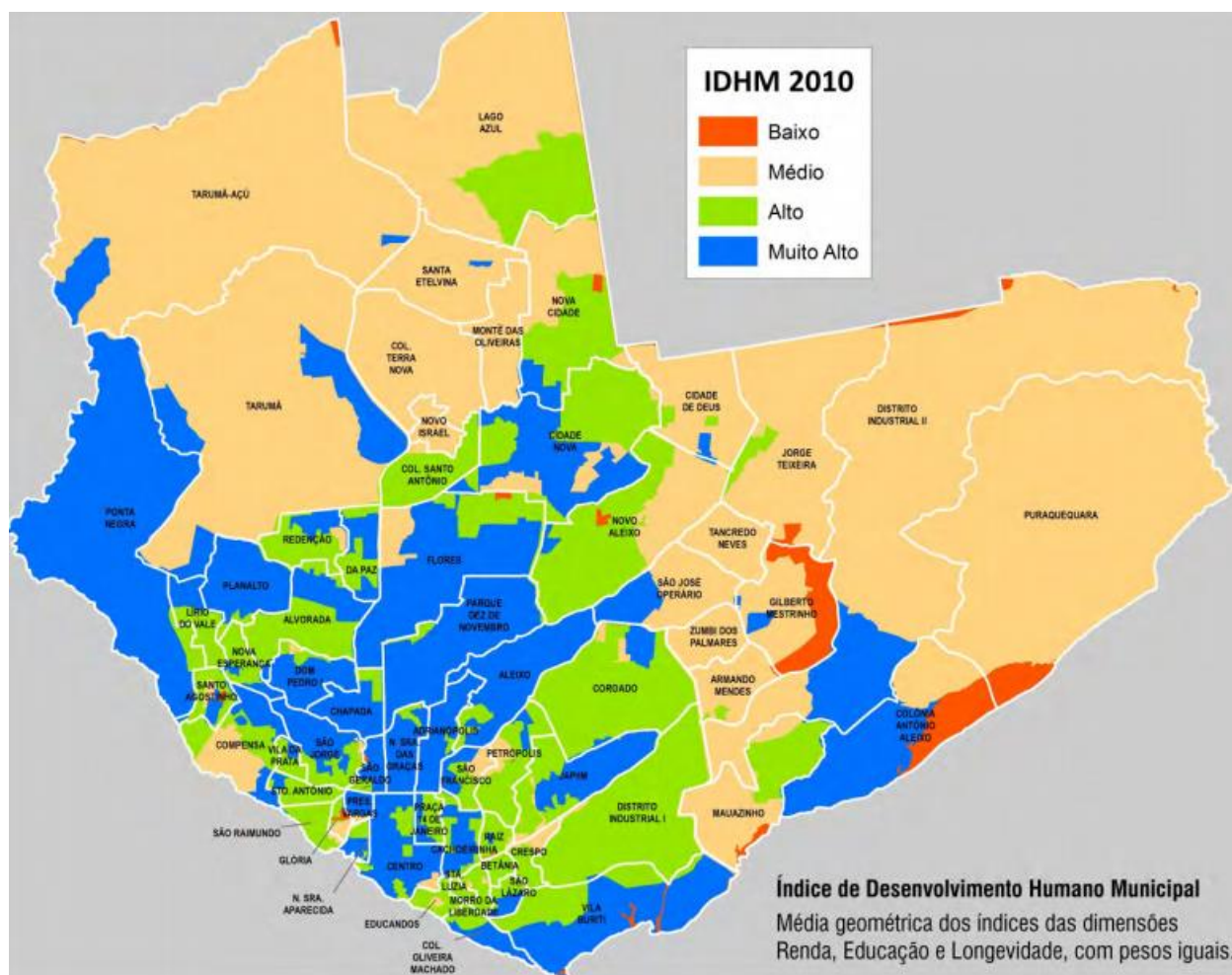


Figura 2: Índice de Desenvolvimento Humano de Manaus - 2010

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus/ Núcleo de Geoprocessamento do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEPLAN-CTI.

Visando o estudo mais aprofundado e à exemplificação das problemáticas as quais a pesquisa se propõe discutir, foram escolhidos 2 dos mais importantes conjuntos habitacionais de Manaus, localizados em diferentes zonas da cidade, sendo eles: Parque Residencial Manaus (1ª etapa) e Residencial Viver Melhor (1ª etapa),



### Localização dos estudos de caso na cidade de Manaus

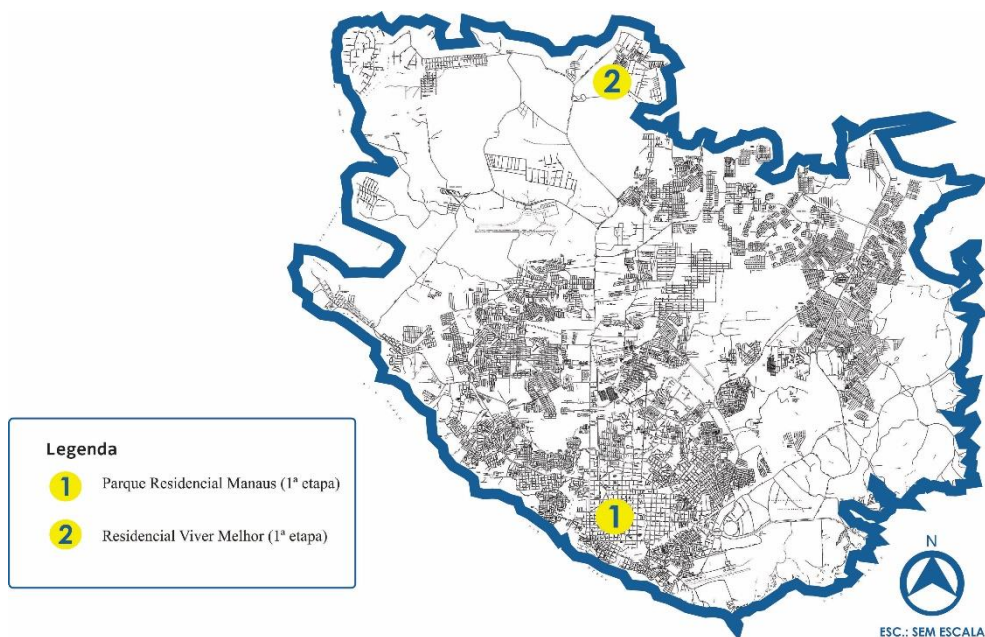


Figura 3 – Localização dos estudos de caso na cidade de Manaus  
Fonte: Acervo próprio. Mapa produzido a partir do mapa cadastral do município.

### Parque Residencial Manaus (1ª etapa)



Figura 4 – Parque Residencial Manaus – Visão de satélite  
Fonte: Marcos O. Costa – Google Earth

Localizado no Centro, zona Sul, o residencial foi entregue no ano de 2007. Sua primeira etapa, composta por 567 unidades habitacionais<sup>10</sup>, faz parte de uma série de intervenções urbanísticas, ambientais e sociais promovida pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), que teve como objetivo a melhoria da qualidade de vida dos habitantes das Bacias Educandos-Quarenta e do São Raimundo.

Onde antes havia um igarapé correndo a céu aberto com seu leito tomado por detritos e margens ocupadas por habitações palafíticas irregulares, agora existe um grande residencial, voltado, principalmente, àqueles que habitavam nas bordas do curso de água, o qual passou por um processo de macrodrenagem e atualmente circula abaixo do conjunto de residências. ARAÚJO (2011) critica a abordagem adotada:

Mas, contradizendo seus objetivos, o Programa assoreou os igarapés, não utilizou de forma racional o solo e concretizou parcialmente o programa de saneamento básico e, o que é mais preocupante, a manutenção natural não ocorreu, já que as áreas não foram de fato desapropriadas de maneira permanente, a desapropriação ocorreu somente de forma parcial.<sup>11</sup>

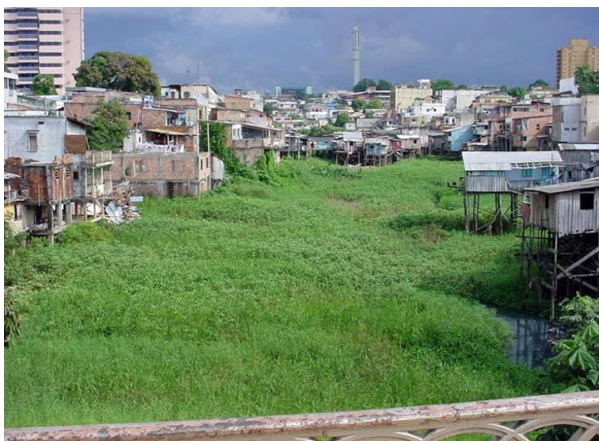


Figura 5: Área antes da intervenção  
Fonte: Unidade de Gerenciamento do PROSAMIM – UGPI



Figura 6: Área antes da intervenção.  
Fonte: Wikimapia

<sup>10</sup> Dado confirmado na Tabela 1

<sup>11</sup> ARAÚJO, Elizangela Francisca Sena de. **Os Impactos Arquitetônicos e Urbanísticos do Programa Prosamim na Paisagem de Manaus**. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011. Disponível em: <[http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2344/1/ELIZANGELA\\_FRANCISCA\\_SENA\\_DE\\_ARAÚJO.pdf](http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2344/1/ELIZANGELA_FRANCISCA_SENA_DE_ARAÚJO.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2016, f. 75.





Figura 7: Macrodrainagem do Igarapé Manaus.  
Fonte: Unidade de Gerenciamento do PROSAMIM –  
UGPI

Pelo fato de o residencial estar situado em uma área central da cidade, este está aparado por infraestrutura urbana consolidada e diversa, todavia, seu projeto não contemplou equipamentos internos voltados ao comércio, obrigando, assim, o morador a buscar fora do local os serviços comerciais mais triviais para suprir suas necessidades. O resultado foi o surgimento de uma variedade de pontos comerciais improvisados nas próprias unidades habitacionais. Sobre essa questão, Ferraz (1972) afirma que a vida urbana também é vida doméstica, tanto para o indivíduo que exerce funções econômicas, quanto para aquele que dirige o lar e, por tanto, é necessária a instalação de serviços locais em prol do abastecimento domiciliar.



Figura 8: Ponto comercial adaptado  
Fonte: Castelo Branco – Portal do Holanda



Figura 9: Ponto comercial adaptado  
Fonte: Castelo Branco – Portal do Holanda

As modificações na aparência das edificações do conjunto não são promovidas apenas pela necessidade de mudança e atribuição de funções, mas também pela necessidade de apropriação. É comum em empreendimentos de habitação homogêneos que os moradores queiram diferenciar e personalizar seus ambientes, mesmo que por meio de detalhes, como pintura ou aplicação de revestimento (VILLA; ORNSTEIN, 2013).

### Residencial Manaus Viver Melhor (1ª etapa)



Figura 10 – Residencial Viver Melhor – Visão aérea  
Fonte: Chico Batata – Amazonas Atual

Trata-se do maior conjunto habitacional promovido pelo programa federal Minha Casa Minha Vida no país. Entregue em 2012, ele está situado próximo à fronteira norte da área urbana da cidade, no bairro de Santa Etelvina, zona Norte e é composto por 3.511 moradias, de sua primeira etapa, representando um exemplo claro de ação governamental que busca sanar o déficit quantitativo de moradias em detrimento da qualidade oferecida. Isso gera um adensamento excessivo e enfadonho de unidades habitacionais, que devido à localização de difícil acesso, tornam-se segregadas do restante da cidade e não dispõem de infraestrutura urbana suficiente.

Devido a extensão do residencial e da grande quantidade de moradores, decidiu-se que esse estudo de caso será aprofundado na segunda etapa da pesquisa, a qual se concentrará nos estudos de caso, especialmente.



UFAM

## 8. Referências

- ARANTES, Carlos VAINER, Erm, & MARICATO (orgs.) Ermínia, 121-192. Petrópolis: Editora Vozes, 2002
- ARAÚJO, Elizângela Francisca Sena de. **Os Impactos Arquitetônicos e Urbanísticos do Programa Prosamim na Paisagem de Manaus**. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011. Disponível em: <[http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2344/1/ELIZANGELA FRANCISCA SENA DE ARAÚJO.pdf](http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2344/1/ELIZANGELA_FRANCISCA_SENA_DE_ARAUJO.pdf)>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- ATLAS BRASIL. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em jan 2016.
- BATISTA, Selma Paula Maciel. **Injustiça socioambiental: o caso PROSAMIM**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 2013.
- BARTOLI, Estevan. **O Amazonas e a Amazônia: geografia, sociedade e meio ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: MemVavMem, 2010. 276 p.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Os pioneiros da habitação social no Brasil: volume 01 - 1ª ed.** - São Paulo: Editora Unesp: Edições Sesc São Paulo, 2014.
- \_\_\_\_\_. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, p.70-104, 2008. Disponível em: <[http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_01/artigo\\_05\\_180908.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf)>. Acesso em: 2 nov. 2015.
- BRASIL. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 1991 e 2010.
- CAPACIDADES. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/pg/oprograma/programaseacoes>>. Acesso em jan 2016.
- CONSELHO DAS CIDADES. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/o-conselho-das-cidades.html>>. Acesso em jan 2016.
- FERRAZ, Hermes. **Filosofia Urbana**. São Paulo: João Scortecci, 1998.
- FERREIRA, Andresa Rosa. **Programas de Combate ao Déficit Habitacional Brasileiro**. 2009. 72 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25348/000737944.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.
- FILHO, Antonio Triana. **Habitação popular no Brasil: análise do modelo operacional de financiamento pelas agências oficiais**. Dissertação de Mestrado, Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- FUNDAÇÃO JOÃO PIMHEIRO. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>>. Acesso em dez 2015.
- GARRIDO, Ana Lúcia **O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM – e seus impactos socioambientais sobre a qualidade de vida da comunidade do Parque Residencial Manaus**. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2011 .





UFAM

- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp 2a edição, 2010.
- GUADANHIM, Sidnei Jr. **Habitação Coletiva Contemporânea (1990-2010)**. Londrina, Humberto Yamaki, 2014.
- GUILHON, Vanessa Valdez. **Indicadores de sustentabilidade urbana**: aplicação ao conjunto habitacional 'Parque Residencial Manaus/AM'. Dissertação de mestrado, São Paulo: Faculdade de Arquitetura de Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2011.
- LEMONS, Janeth de Araujo. **Vivendo a transição de ambiente de moradia**: Um estudo com moradores do Parque Residencial Manaus – PROSAMIN. Dissertação de mestrado, Manaus: Universidade Federal do Amazonas, Centro de Ciências do Ambiente, 2010.
- MARICATO, Ermínia. “**As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil.**” In: A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos, por Otília MARICATO, Ermínia. “**Autoconstrução, a arquitetura possível.**” In: A produção capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial., por Ermínia MARICATO, 71-93. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros/ministerio-das-cidades>>. Acesso em jan 2016.
- PROSAMIM. Disponível em:< <http://prosamim.am.gov.br/>>. Acesso em jan 2016.
- PROURBIS. Disponível em:< <http://prourbis.manaus.am.gov.br/>>. Acesso em jan 2016.
- SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/a-secretaria.html>>. Acesso em jan 2016.
- SEPLAN-CTI. Disponível em:< <http://www.seplancti.am.gov.br/>>. Acesso em jan 2016.
- SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO DO AMAZONAS – SUHAB. Disponível em: < <http://www.suhab.am.gov.br/>>. Acesso em jan 2016.
- TURNER, John F. C.. Colonização de Terras Devolutas nos Países em Desenvolvimento. In: MOYNIHAN, Daniel P. (Org.). **O Desafio Urbano**: as metrópoles analisadas por peritos em assuntos urbanos. São Paulo: Cultrix, 1972. Cap. 20. p. 262-275.
- VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe (Org.). **Qualidade Ambiental na Habitação**: avaliação pós-ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 400 p.
- VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Editora Global, 1986.

